ÍNDICE GERAL

Abreviaturas e periódicos utilizados XV
Introdução XIX

PARTE I TEORIA DA CONSTITUIÇÃO: OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS E A EVOLUÇÃO DAS IDEIAS

CAPÍTULO I CONSTITUCIONALISMO

I O SURGIMENTO DO IDEAL CONSTITUCIONAL E SEU DESENCONTRO HISTÓRICO 3
1 Generalidades 3
2 Da Antiguidade Clássica ao início da Idade Moderna 6

II O CONSTITUCIONALISMO MODERNO E CONTEMPORÂNEO 10
1 Experiências precursoras do constitucionalismo liberal e seu estágio atual 10
1.1 Reino Unido 10
1.2 Estados Unidos da América 15
1.3 França 23
2 Um caso de sucesso da segunda metade do século XX: a Alemanha 33
3 O constitucionalismo no início do século XXI 40

CAPÍTULO II DIREITO CONSTITUCIONAL

I O DIREITO CONSTITUCIONAL NO UNIVERSO JURÍDICO 43
1 Generalidades 43
2 Conceito 47
2.1 A ciência do direito constitucional 48
2.2 O direito constitucional positivo 49
2.3 O direito constitucional como direito subjetivo 50
3 Objeto 51

II O DIREITO CONSTITUCIONAL COMO DIREITO PÚBLICO 53
1 Direito público e direito privado 53
2 Regime jurídico de direito público e de direito privado 56

III A EXPANSÃO DO DIREITO PÚBLICO E DA CONSTITUIÇÃO SOBRE O DIREITO PRIVADO 58

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

IV ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO PRIVADO. EVOLUÇÃO DA DICOTOMIA. UM DRAMA BRASILEIRO 60
1 Origens da distinção 60
2 O desaparecimento do espaço público: Império Romano e sistema feudal 63
3 A reinvenção do público: do Estado patrimonial ao Estado liberal 64
4 A volta do pêndulo: do Estado social ao neoliberalismo 66
5 O público e o privado na experiência brasileira 67

V A SUBSISTÊNCIA DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO 69
1 O Estado ainda é protagonista 68
2 Sentido e alcance da noção de interesse público no direito contemporâneo 70

CAPÍTULO III CONSTITUIÇÃO

I NOÇÕES FUNDAMENTAIS 74

II REFERÊNCIA HISTÓRICA 76

III CONCEPÇÕES E TEORIAS ACERCA DA CONSTITUIÇÃO 79

IV TIPOLOGIA DAS CONSTITUIÇÕES 81

V CONTEÚDO E SUPREMACIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS 83

VI A CONSTITUIÇÃO NO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO 85

VII CONSTITUIÇÃO, CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA 88

CAPÍTULO IV PODER CONSTITUINTE

I CONCEITO, ORIGENS E GENERALIDADES 95

II PROCESSOS CONSTITUINTES E MODELOS CONSTITUCIONAIS 98

III TITULARIDADE E LEGITIMIDADE DO PODER CONSTITUINTE 104

IV NATUREZA E LIMITES DO PODER CONSTITUINTE 110
1 Condicionamentos pré-constituintes 111
2 Condicionamentos pós-constituintes 114

V PROCEDIMENTO 117

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

VI PODER CONSTITUINTE E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA 120

CAPÍTULO V MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL

I CONCEITO E GENERALIDADES 123

II FUNDAMENTO E LIMITES 127

III MECANISMOS DE ATUAÇÃO 129

1 A interpretação como instrumento da mutação constitucional 130

2 Mutação constitucional pela atuação do legislador 133

3 Mutação constitucional por via de costume 135

IV MUDANÇA NA PERCEPÇÃO DO DIREITO E MUDANÇA NA REALIDADE DE FATO 137

CAPÍTULO VI REFORMA E REVISÃO CONSTITUCIONAL

I GENERALIDADES 140

II A QUESTÃO TERMINOLÓGICA: PODER CONSTITUINTE DERIVADO, REFORMA, REVISÃO E EMENDA. PODER CONSTITUINTE DECORRENTE 145

III NATUREZA JURÍDICA E LIMITES 147

IV LIMITES TEMPORAIS E CIRCUNSTANCIAIS 149

V LIMITES FORMAIS 152

VI LIMITES MATERIAIS 160

1 Noção e antecedentes 160

2 Fundamento de legitimidade 162

3 A questão da dupla revisão 164

4 Os limites materiais implícitos 166

5 Cláusulas pétreas e hierarquia 167

6 Os limites materiais na experiência brasileira e na Constituição de 1988 168

6.1 A forma federativa do Estado 172

6.2 O voto direto, secreto, universal e periódico 174

6.3 A separação de Poderes 174

6.4 Os direitos e garantias individuais 177

6.4.1 A questão do direito adquirido 183

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO VII NORMAS CONSTITUCIONAIS

I NORMAS JURÍDICAS 189
1 Generalidades 189
2 Algumas classificações 191
3 Dispositivo, enunciado normativo e norma 194

II NORMAS CONSTITUCIONAIS 197
1 A Constituição como norma jurídica 197
2 Características das normas constitucionais 198
3 Conteúdo material das normas constitucionais 201
4 Princípios e regras: as diferentes funções das normas constitucionais 204
5 A eficácia das normas constitucionais 213

III A CONQUISTA DA EFETIVIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO 218
1 Antecedentes históricos 218
2 Normatividade e realidade fática: possibilidades e limites do direito constitucional 219
3 Conceito de efetividade 221
4 Os direitos subjetivos constitucionais e suas garantias jurídicas 222
5 A inconstitucionalidade por omissão 223
6 Consagração da doutrina da efetividade e novos desenvolvimentos teóricos 225

PARTE II O NOVO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO: MUDANÇAS DE PARADIGMAS E A CONSTRUÇÃO DO MODELO CONTEMPORÂNEO

CAPÍTULO I ANTECEDENTES TEÓRICOS E FILOSÓFICOS

I A TEORIA JURÍDICA TRADICIONAL 229

II A TEORIA CRÍTICA DO DIREITO 230

III ASCENSÃO E DECADÊNCIA DO JUSNATURALISMO 235

IV ASCENSÃO E DECADÊNCIA DO POSITIVISMO JURÍDICO 239

CAPÍTULO II TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO

I A FORMAÇÃO DO ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO 243

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

II MARCO HISTÓRICO: PÓS-GUERRA E REDEMOCRATIZAÇÃO 245

III MARCO FILOSÓFICO: A CONSTRUÇÃO DO PÓS-POSITIVISMO 247

1 O princípio da dignidade da pessoa humana 250

2 O princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade 255

IV MARCO TEÓRICO: TRÊS MUDANÇAS DE PARADIGMA 262

1 A força normativa da Constituição 262

2 A expansão da jurisdição constitucional 263

3 A reelaboração doutrinária da interpretação constitucional 265

4 Um novo modelo 266

CAPÍTULO III A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

I GENERALIDADES 269

1 Introdução 269

2 Terminologia: hermenêutica, interpretação, aplicação e construção 270

3 Especificidade da interpretação constitucional 272

II OS DIFERENTES PLANOS DE ANÁLISE DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL 274

1 O plano jurídico ou dogmático 274

2 O plano teórico ou metodológico 275

2.1 As escolas de pensamento jurídico 275

2.2 As teorias da interpretação constitucional 279

2.2.1 Alguns métodos da teoria constitucional alemã 279

2.2.2 O debate na teoria constitucional americana 281

3 O plano da justificação política ou da legitimação democrática 284

4 A interpretação constitucional como concretização construtiva 287

III A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL SOB PERSPECTIVA TRADICIONAL 288

1 Algumas regras de hermenêutica 288

2 Elementos tradicionais de interpretação jurídica 291

2.1 Interpretação gramatical, literal ou semântica 292

2.2 Interpretação histórica 293

2.3 Interpretação sistemática 295

2.4 Interpretação teleológica 296

3 A metodologia da interpretação constitucional tradicional 297

4 Princípios instrumentais de interpretação constitucional 298

4.1 Princípio da supremacia da Constituição 300

4.2 Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e atos normativos 301

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.3 Princípio da interpretação conforme a Constituição 302
4.4 Princípio da unidade da Constituição 303
4.5 Princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade 305
4.6 Princípio da efetividade 306

CAPÍTULO **IV** NOVOS PARADIGMAS E CATEGORIAS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

I PREMISSAS METODOLÓGICAS DA NOVA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL 307
1 A norma, o problema e o intérprete 308
2 Algumas categorias jurídicas utilizadas pela nova interpretação constitucional 310

II OS CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS 312

III A NORMATIVIDADE DOS PRINCÍPIOS 317
1 Recapitulando os conceitos fundamentais 317
2 Modalidades de eficácia dos princípios constitucionais 319
2.1 Eficácia direta 319
2.2 Eficácia interpretativa 320
2.3 Eficácia negativa 321
3 Algumas aplicações concretas dos princípios 321

IV A COLISÃO DE NORMAS CONSTITUCIONAIS 329

V A TÉCNICA DA PONDERAÇÃO 334

VI A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA 339
1 Algumas anotações teóricas 339
2 Alguns aspectos práticos 342

CAPÍTULO **V** A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO

I GENERALIDADES 352

II ORIGEM E EVOLUÇÃO DO FENÔMENO 353

III A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO NO BRASIL 361
1 O direito infraconstitucional na Constituição 361
2 A constitucionalização do direito infraconstitucional 363
3 A constitucionalização do Direito e seus mecanismos de atuação prática 365

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

IV ALGUNS ASPECTOS DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO 367
1 Direito civil 367
2 Direito administrativo 373
3 Direito penal 378

V CONSTITUCIONALIZAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS 383

VI CONTROLANDO OS RISCOS DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO EXCESSIVA 392

Conclusão 396

Bibliografia 403

Índice Alfabético-remissivo 441

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br